

ESPAÇO PÚBLICO

Mas afinal são os mais ricos que perdem com a crise?

Susana Peralta

Se há coisa que esta crise tem exposto de forma crua é o mundo desigual e polarizado em que vivemos. Prémios Nobel como Joseph Stiglitz e Amartya Sen já falaram disto, organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho também. Esta semana voltaram a ser notícia as filas (e até os desacetos) na distribuição de comida gratuita. Haver fome em Portugal no ano de 2020 é o sinal claro de uma civilização falhada.

Eis que ontem o Banco de Portugal (BdP) publicou o seu habitual Boletim Económico, em que afirma que a pandemia tem um impacto maior nas famílias com rendimentos do trabalho mais elevados. Será que podemos dormir mais descansados, sabendo que os trabalhadores que ganham menos e têm vínculos mais precários (ou nenhuns) com as empresas estão afinal a atravessar esta crise confortavelmente? É provável que não. Passo a explicar porquê.

Num mundo ideal, a Segurança Social publicaria quinzenal ou mensalmente uma atualização dos rendimentos das pessoas. Na verdade, está a publicar informação quase diária, só que pouco útil para os cálculos que o BdP quis fazer. No *site* do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pode descarregar uma folha Excel com a atualização diária do número de pessoas que estão a receber diferentes apoios no contexto da crise covid-19. Só que com valores totais não vamos longe. A informação existe: a Segurança Social publica estes números compilando-os a partir dos registos individuais de cada beneficiário. Podia publicá-la por intervalos de rendimento, o que já nos dava uma ideia da desigualdade

da crise. Melhor ainda seria partilhar dados anonimizados individuais com investigadores, como faz a sua congénere espanhola, o que nos permitiria estudar o que acontece para cada nível de rendimento, comparando entre contratos estáveis e precários. Portanto, a informação existe, mas nem o BdP nem nós temos acesso a ela.

Na falta desta informação dos registos oficiais, o BdP podia ter feito com o INE um inquérito rápido ao rendimento das famílias, à semelhança do que fizeram em abril para as empresas (Inquérito Rápido e Excecional às Empresas). Vale a pena lembrar que um inquérito feito na última semana de março pelo ISCTE/ICS chegou a conclusões diametralmente opostas às do banco central: “São os indivíduos em situações económicas mais precárias que

estão a ser mais afetados financeiramente pela crise.” Os resultados dum inquérito semelhante para os EUA e o Reino Unido publicados no *site* de divulgação científica voxeu.org com o sugestivo título *The large and unequal impact of covid-19 on workers* também deixam claro que quem mais sofre com a crise são os trabalhadores com contratos de trabalho precários e rendimentos mais baixos.

O que o BdP fez foi pegar em informação de outro



inquérito mais antigo – Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) de 2017 (no qual as famílias reportam o rendimento e situação laboral de 2016) –, de onde retira a situação das famílias, que combina com o que já sabemos sobre o impacto da crise por sector de atividade para estimar o efeito da crise. O texto não explica a opção por este inquérito. Uma alternativa mais atual seria o Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, que tem a vantagem de ser anual e permitiria trabalhar com rendimentos e situação laboral de 2018. Ou o próprio Inquérito ao Emprego, que é feito todos os trimestres. Com os inquéritos ao emprego dum conjunto de países europeus, o *think tank* Bruegel calculou a prevalência de contratos a termo em certos grupos da população para concluir que a crise covid-19 está a expor uma “desigualdade nua”.

E depois? O estudo assume que todos os trabalhadores de cada sector de atividade

têm a mesma probabilidade de ser atingidos por redução ou encerramento de atividade das empresas em que trabalham. Se sabemos que num desse sector de atividade houve, digamos, 20% de redução de atividade, então cada trabalhador daquele sector tem 20% de probabilidade de ficar em regime de *layoff* ou apoio a independente, dependendo do seu vínculo contratual à empresa (no caso dos independentes há a possibilidade de não ter acesso a nenhum apoio, também considerado no estudo).

Ora isto tem pelo menos dois problemas. Em primeiro lugar, as empresas são diferentes e aquelas que têm maior probabilidade de sofrer com a crise são as que estão em menor saúde financeira e comercial, que normalmente concentram os trabalhadores com menores salários e mais precários. Em segundo lugar, o *layoff* e os despedimentos não afetam toda a



gente por igual; afetam de forma desproporcional quem ganha menos. No fundo, trabalhar com base em médias num mercado de trabalho polarizado e numa economia em que as empresas têm capacidades de resistência à crise brutalmente diferentes não faz sentido nenhum.

O texto afirma que a crise não tem impacto nas famílias que não têm rendimentos do trabalho. Isto também é problemático por várias razões. Por um lado, não é claro como estão a ser considerados os rendimentos dos pequenos empresários em nome individual. Por outro, as famílias de rendimentos mais baixos têm fontes de rendimento informais que podem representar uma parte substancial dos seus rendimentos, que o texto também não refere.

Finalmente, há o teste do algodão. No quadro resumo das projeções numéricas, vemos que as famílias que estão entre as 20% mais pobres têm um rendimento disponível pré-crise de 407 euros e pós-crise de 398 euros, em média. Uma perda média de 9 euros por mês é tão baixa que dificilmente é compatível com as notícias que temos visto de pessoas sem dinheiro para pagar as contas. Todos os estudos económicos são baseados em hipóteses, umas mais razoáveis do que outras. Mas, quando se chega a um valor destes num quadro final, normalmente quer dizer que as hipóteses são más e invalidam os resultados.

Resta-nos perguntar se, na impossibilidade de fazer algo mais robusto, o Banco de Portugal não tinha ganho em estar quieto em vez de publicar números que, com elevada probabilidade, nos oferecem uma visão distorcida da realidade. Para mim, é evidente. Ganhava o Banco de Portugal e ganhávamos todos nós.

**Professora de Economia na Nova SBE.
Escreve à sexta-feira**



O Banco de Portugal tinha ganho em estar quieto, em vez de publicar números que nos oferecem uma visão distorcida da realidade

